



A MÚSICA A DANÇA, ENQUANTO RECURSO PARA O ENSINO, EM UM LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA

Renato Amorim (Ciências Sociais/UEMS)¹

José Antonio de Souza (UEMS)²

Introdução

A música brasileira é uma das manifestações culturais mais valorizadas em nossa sociedade; muitos escutam as canções do cancioneiro popular por puro prazer, deleite; outros, o profissional da área, por exemplo, tem uma atuação profissional em relação a esta produção cultural.

No caso do processo ensino/aprendizagem, a música também se faz presente, seja no cotidiano escolar, quando um professor utiliza uma música para oportunizar ampliação de determinado conteúdo, assegurar maior participação dos alunos nas discussões, utilizar de forma didática o repertório cultural. Neste trabalho privilegiamos o livro didático de Ciências Sociais utilizado na rede pública estadual de ensino em Mato Grosso do Sul, mais precisamente, na cidade de Paranaíba/MS.

Tal recorte pretende, especificamente, pensar a seguinte questão: as músicas que se fazem presentes no livro didático de Sociologia efetivamente dialogam, ou permitem o diálogo, com o conteúdo teórico contemplado pelo material didático? Ou, de outra forma, as composições que figuram no livro didático ampliam as discussões teóricas empreendidas, ou apenas figuram como elemento mais ilustrativo?

Para respondermos à questão de pesquisa proposta, voltaremos nosso olhar para o livro *Sociologia Hoje* (2013), dos autores Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e

¹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba. Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba, e discente do Bacharelado em Ciências Sociais, da mesma instituição.

² Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, vinculado à linha de pesquisa *Linguagem, Educação e Cultura*.

Celso Rocha de Barros. Dessa maneira, acreditamos ser essencial que contemplemos as questões relacionadas ao próprio ensino de Sociologia e, assim, em nosso primeiro tópico nos dedicamos a problematizar a Sociologia enquanto disciplina do Ensino Médio. Em seguida, passamos a discutir as questões relativas ao livro didático. Refletir sobre o livro didático envolve, além do aluno do Ensino Médio, a questão dos autores, de autoria e autoridade; a questão das editoras e do mercado editorial, bem como as legislações vigentes, que norteiam a própria confecção do material.

Na terceira seção deste trabalho, apresentaremos nossa análise da utilização da composição *A dança*, no livro didático *Sociologia Hoje* (2013), com o intuito de respondermos nossa questão de pesquisa.

1. A Sociologia no Ensino Médio

A presença da Sociologia no Ensino Médio, de forma obrigatória, ocorre na década de 1920 (COAN, 2006, p.43), pela reforma Rocha Vaz que introduziu a disciplina de Sociologia no Secundário e nos Magistérios, em 1925. De acordo com Coan (2006), com a reforma, a Sociologia incorpora-se como disciplina obrigatória e em 1931 a Reforma Francisco Campos reforça a inserção. Mas com a reforma Capanema, de 1942, ela é retirada da grade como disciplina obrigatória; com o Golpe de 1964, fica em condições esporádicas nos cursos de Magistérios.

Vale a pena lembrar que entre as décadas de 1930 e 1940 o sistema educacional não abrangia toda a população, mas somente uma pequena parcela da sociedade brasileira. Em 1942, como descreve Coan (2006, p. 44): começa um longo período em que a Sociologia ficará ausente da escola secundária, a partir das reformas implantadas por Gustavo Capanema. Essa reforma distribuiu vários questionários para diversos segmentos sociais, para a elaboração de um Plano Nacional de Educação, despertando o interesse participativo da Igreja nesse projeto.

Um dos pontos centrais do Plano Nacional de Educação foi a reforma do ensino secundário, iniciada em 40, indo até 42. [...]A escola secundária seria a principal instituição educacional e, por meio dela, formar-se-iam novas mentalidades, criar-se-ia uma cultura nacional comum e produzir-se-ia uma nova elite para o país. (COAN, 2006, p.45).

O legado da reforma foi a ampliação do ensino médio, propagação das escolas católicas e uma centralização do processo educacional. Mesmo assim, considerando o desenvolvimento econômico nesse período que fortaleceu a reforma e a desobrigação da sociologia no secundário, o nome de Capanema é valorizado por vários estudiosos.

O fim da Segunda Guerra e o Estado Novo possibilitaram a discussão sobre a volta da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio, com o argumento de que a disciplina poderia ajudar a preparação de novas gerações no processo de compreensão da realidade social. A inserção da Sociologia dentro do ensino médio “poderá contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais” (FERNANDES, 1980, apud COAN, 2006, p.49).

Mas isso não foi suficiente, pois com o Golpe Militar de 1964, a política que norteará o sistema educacional terá em seu cerne a finalidade de formar profissionais técnicos para atuar no mercado de trabalho, sendo esse período denominado como “milagre brasileiro” e dispensando a obrigatoriedade da disciplina.

Com a “redemocratização”, as universidades e cursos de Ciências Sociais tiveram uma maior autonomia em relação aos diálogos com a vida pública. As décadas seguintes foram marcadas pela queda do muro de Berlim, sendo que esse fato marcou, dentro da perspectiva analítica sociológica, um rompimento com várias teorias. O fim do socialismo, de ideologias, da história, metateorias e utopias... Nesse contexto, o Brasil passava por grandes conturbações internas, ficando conhecida como a “década perdida”; dentro do plano político, ocorriam intensos debates entre conservadores versus progressistas. “É também contexto de uma burguesia incapaz de costurar uma clara hegemonia e do vigor dos movimentos sociais, partidos e sindicalismo de esquerda [...] No campo educacional viveu-se, nessa década, uma efervescência teórica, política e sindical.” (COAN, 2006, p.51-52).

O processo de regulamentação da presença da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, com a promulgação da LDBEN/96, está relacionado às interfaces interpretativas da própria Lei, uma vez que caberia às escolas o critério sobre a metodologia das disciplinas e, por conseguinte, como tais conteúdos seriam repassados aos alunos. Logo, de acordo com Coan (2006, p. 54), “[...] em última instância caberá às escolas decidirem se e como essas disciplinas serão expostas no quadro curricular das escolas.”.

Mesmo após grandes avanços, a disciplina de Sociologia só teve sua obrigatoriedade dentro do Ensino Médio, mesmo após a promulgação da LDB (1996) que estabelece no final do Ensino Médio “o domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania”, em 2008, pela Lei nº 11.684, sancionada pelo presidente da República em exercício Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Logo, de acordo com Sarandy (2011b, p. 15):

[...] no plano legal a disciplina de fato foi intermitente, apesar de sempre ter existido timidamente e de modo acentuadamente dispersivo nos sistemas de ensino, seja como disciplina da formação em nível médio para o magistério, seja no ensino superior, notadamente nos bacharelados em direito.

2. O livro didático e o PNLD

Os primeiros livros didáticos de Sociologia no Brasil fazem parte da iniciativa de consolidar a disciplina dentro dos círculos educacionais. O livro, de acordo com o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD, 2015, p. 8): “constitui em mediador do processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo uma rica conexão entre professor, aluno e conhecimento”, o livro didático teria, assim, como função nortear tanto o aluno como o professor dentro da sala de aula. Os livros didáticos, como eram caracterizados em determinado período histórico, fazem parte de um processo de institucionalização da disciplina, pois conforme Meucci (2000, p.6) “o processo de institucionalização de uma nova disciplina científica é composto por um complexo de iniciativas destinadas à definição intelectual e institucional da nova área de conhecimento”.

Foi em torno de 1930 a 1945 que apareceram os primeiros manuais; eram livros introdutórios, compêndios, dicionários, etc., destinados tanto para o ensino secundário, faculdades, magistérios e universidades. Isso ocorreu quando o governo criou um órgão institucional para legislar sobre a questão do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL) que proveria as escolas com livros e dicionários. Antes desse período, eram utilizados compêndios estrangeiros, sendo substituídos após década de 1930 por manuais escritos por intelectuais brasileiros e, de acordo com Meucci (2000, p. 8) “a composição deste conjunto notável de livros didáticos de sociologia na década de 30 no Brasil está, de fato, relacionada a um conjunto de esforços dedicados à institucionalização das ciências sociais e, por seguinte, da sociologia”. Houve dois aspectos relevantes, como aponta Meucci (2000, p. 9) para o surgimento dos livros: “(a) a consolidação da disciplina no sistema regular, (b) o surgimento de um mercado

editorial favorável ao investimento da área sociológica”, já que teríamos uma sociedade em fase de transição estrutural que precisava formar uma elite intelectual para dar continuidade ao processo de transição social.

Não tendo somente como parâmetro seus conteúdos teóricos, mas uma demanda de consumo caracterizada pelo sucesso de aceitação por parte dos professores, como resultado desses aspectos mercadológicos “alguns livros didáticos tornam-se até mesmo matrizes que, ao caducarem com o passar do tempo, são renovados” (SOUZA, 1999, p.30). Ainda de acordo com Souza (1999) temos que apreender a escola com um aparelho ideológicos do Estado e dentro dessa concepção contextualizar a discussão sobre a questão da autoridade e autoria no livro didático;

Na verdade, outros elementos característicos do sistema escolar mereceriam mais destaques, tais como a hierarquia e a autoridade, a crença na total objetividade, a questão da avaliação, o caráter compartimentalizado do conhecimento, a prática pedagógica e o saber enquanto sistema de conhecimento fechado. [...] A percepção do sistema escolar como lugar de conflitos de ordem diversa é indispensável para refletirmos sobre o ensino como um todo e a problemática do material didático. (SOUZA, 1999, p.27)

O livro didático tem uma significação de autoridade sobre o saber, pois muitas vezes é caracterizado como depositário dos conhecimentos acumulados pela nossa sociedade, a serem manejados por professores e assimilados pelos alunos. Souza (1999) descreve que essa crença que o livro didático seja portador de uma “verdade sacramentada a ser transmitida e compartilhada”, hierarquiza e seleciona o “saber” a ser decifrado pelo professor, criando paradigmas que nortearão a transmissão do saber dentro do contexto escolar. Logo, pondera Souza (1999, p.28) “não parece haver dúvida quando à autoridade que o senso comum tradicionalmente confere ao livro didático em contexto escolar. O livro didático é um elemento construtivo de processo educacional brasileiro.”.

Dois aspectos importantes são considerados na construção do livro didático, a autonomia do seu(s) autor(es) e a autoridade da editora no processo final da elaboração. A editora, considerando os aspectos mercadológicos, tem o domínio de censurar determinados assuntos ou temas que os considerem polêmicos e não se enquadrem no perfil do público consumidor (professores). Logo, Souza (1999, p. 28) aponta para o fato de que “o aparato editorial funciona, de forma, drástica, para manter determinados padrões em termos de livros didáticos, motivados por uma combinação de razões de

ordem ideológica e por razões econômicas - o livro que fará mais sucessos será aquele que venderá mais exemplares”.

Dentre as razões ideológicas que se apresentam na constituição e elaboração do livro didático, estão aquelas relacionadas ao que “pode” e “deve” ser dito, escrito e veiculado na configuração do “saber”, como descreve Souza (1999). O autor do livro torna-se um interprete do conhecimento a ser transmitido, sendo responsável pelo que transcreve sobre grandes teóricos e ícones da nossa história. Ele seleciona, organiza, e apresenta esse “saber” dentro de aspectos mercadológicos que possibilitarão a sua aceitação e sucesso. Desse modo, a legitimação da autoridade do livro didático perpassa por todos esses aspectos; e fica destinado ao professor e ao aluno reproduzirem tal demanda mercadológica.

O condicionamento e a própria limitação do livro didático estão relacionados às condições econômicas, ideológicas e técnicas, pois sua linguagem deve ser simples, facilitando a compreensão e leitura por parte dos estudantes nos mais diversos níveis de aprendizagem. Os livros contêm diversos mecanismos que asseguram e reforçam a apreensão do conteúdo, utilizando-se de exercícios, questionários, sugestão de trabalho, entre outras atividades, para a retenção do conteúdo, muitas vezes até mesmo de forma acrítica. Essas atividades juntamente com auxílios pedagógicos de imagens internalizam valores nos estudantes, valores de uma determinada hegemonia dominante.

Diante dessas exterioridades e questões levantadas, o material didático é caracterizado como uma mercadoria, interligado a um espaço mercadológico que obedece a evolução das técnicas de comercialização e fabricação do mercado. Dentro de sua construção são várias as etapas, passando do autor, editor aos técnicos especializados em gráficos, artes visuais e ilustradores, interligando o livro didático à indústria cultural e obedecendo as regras do mercado. Logo, de acordo com Bittencourt (2004, p. 72-73):

[...] o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. [...] o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado.

A escolha do livro didático é feita pelos professores e, em 2014 (de acordo com o site Portal Brasil), mais de 18 mil escolas participaram na escolha do livro, caracterizando a etapa final desse processo do desenvolvimento do material didático a ser trabalhado em sala de aula. Essa escolha feita pelos professores tem em sua

nomenclatura valores que nortearam tanto a instituição escolar e seus profissionais na escolha, pois a escola como instituição não somente de reprodução de conhecimento, determinado por uma hegemonia dominante, é local de disputas e conflitos.

A partir dessa concepção, a instituição escolar tem a autoridade de definir critérios sobre quais aspectos devem ou não estar presentes dentro do contexto escolar, seja em relação ao professores, alunos e material didático. Essa autoridade define as relações de poder, em escala hierárquica, influenciando no processo final na escolha do livro didático. Logo, segundo Coracini (1999, p. 34) “é nesse contexto que se insere o uso do livro didático pelo professor que, autorizado pela instituição escolar [...], legitima o material comercializado, considerando-o base para seu trabalho em sala de aula.”.

O livro didático contendo vários aspectos mercadológicos, hierarquização e seleção de saberes, portador de uma simbologia do conhecimento é, dentro desse invólucro, um instrumento pedagógico para o professor. Cabe ao professor decodificar esses saberes e transformar o material didático em uma ferramenta capaz de instruir o aluno a formar uma opinião crítica em relação à sua condição social.

4. A música *A dança*, no livro de Sociologia

Na unidade 2 do livro didático analisado, sobre o tema “Sociedade” são abordados aspectos em relação aos indivíduos e a sociedade, trazendo à tona suas ambiguidades e relações em comum pela lente dos três dos mais conceituados sociólogos: Èmile Dukheim, Max Weber e Karl Marx. O livro explana alguns conceitos referentes aos teóricos, começando por Durkheim, Weber e depois Marx, elencando os aspectos históricos que visam à contribuição para uma análise conceitual dos autores.

Na música *A dança* (LEGIÃO URBANA, 1985. EMI Music Brasil), o compositor descreve as particularidades da vida de adolescente, falando de festas, modas e aspectos comportamentais. Para melhor relação dos comentários que serão empreendidos, optamos pela transcrição da composição:

A dança
(Dado Villa-Lobos, Renato Russo e Marcelo Bonfá)

Não sei o que é direito
Só vejo preconceito
E a sua roupa nova

É só uma roupa nova
Você não tem ideias
Pra acompanhar a moda

An. do Semin. em Educ. e Colóq. de Pesq., Paranaíba, MS, 2017, ISSN: 2446-6069

Tratando as meninas
 Como se fossem lixo
 Ou então espécie rara
 Só a você pertence
 Ou então espécie rara
 Que você não respeita
 Ou então espécie rara
 Que é só um objeto
 Pra usar e jogar fora
 Depois de ter prazer.
 Você é tão moderno
 Se acha tão moderno
 Mas é igual a seus pais
 É só questão de idade
 Passando dessa fase
 Tanto fez e tanto faz.
 Você com as suas drogas
 E as suas teorias
 E a sua rebeldia
 E a sua solidão
 Vive com seus excessos
 Mas não tem mais dinheiro

Pra comprar outra fuga
 Sair de casa então
 Então é outra festa
 É outra sexta-feira
 Que se dane o futuro
 Você tem a vida inteira
 Você é tão esperto
 Você está tão certo
 Mas você nunca dançou
 Com ódio de verdade.
 Você é tão esperto
 Você está tão certo
 Que você nunca vai errar
 Mas a vida deixa marcas
 Tenha cuidado
 Se um dia você dançar.
 Nós somos tão modernos
 Só não somos sinceros
 Nos escondemos mais e mais
 É só questão de idade
 Passando dessa fase
 Tanto fez e tanto faz.

LEGIÃO URBANA, 1985. EMI Music Brasil.

Quando o autor enfatiza: “Você é tão moderno/Se acha tão moderno/Mas é igual a seus pais/ É só questão de idade/ Passando dessa fase/Tanto fez e tanto faz” traz a compreensão que o comportamento rebelde tende a ser superado, com o passar do tempo, por uma atitude mais conversadora, ficando semelhante aos seus pais; ao chegar na fase adulta as percepções da realidade entram em conformidade com os padrões de conduta social dominante.

O trecho “Não sei o que é direito/Só vejo preconceito, E a sua roupa nova/ É só uma roupa nova, Você não tem ideias /Pra acompanhar a moda, Tratando as meninas/ Como se fossem lixo, Ou então espécie rara/Só a você pertence, Ou então espécie rara/ Que você não respeita, Ou então espécie rara/Que é só um objeto, Pra usar e jogar fora/ Depois de ter prazer” retrata como os adolescentes estão suscetíveis aos padrões sociais, de forma coercitiva, dão embasamento aos seus comportamentos diante de uma realidade que escapa ao seu controle. Quando se relata sobre a “moda” podemos usar o conceito de fato social de Durkheim, onde esse aspecto é exterior ao indivíduo, generalizante e coercitivo, pois o adolescente que não se enquadra nos padrões sociais é estigmatizado. Lembrando que modos de agir, pensar e sentir que coagem o indivíduo, assim “o fato social é toda a maneira de fazer, suscetível de exercer uma coerção externa sobre o indivíduo.” (LUCENA, 2010, p. 301).

Quando a letra da música demonstra como são tratadas as meninas, nas mãos dos adolescentes, como objetos, podemos utilizar a compreensão de Marx sobre as relações sociais no capitalismo. Marx extrai de seus conceitos teóricos o termo alienação, do homem com sua própria realidade, assim “o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo” (MÉSZÁROS, 1981, p.17). Quando nossas relações são pautadas por uma ideologia que estabelece em sua base a conversão de tudo em mercadorias, tendemos a transformar nossas ações e relações dentro dessa lógica. Transformamos tudo em objeto de mercadoria a ser vendida ou trocada. Logo “a alienação se caracteriza, portanto, pela extensão universal da ‘vendabilidade’ (isto é, transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em ‘coisa’, de modo que possam aparecer mercadorias no mercado (em outras o palavras, a reificação das relações humanas) [...]”. (MÉSZÁROS, 1981, p. 36).

“Em que medida a leitura do capítulo contribui para a análise dessa letra? ” (p.132) essa é a pergunta do livro que pede uma reflexão ao aluno. No livro manual do professor a orientação para a resposta do aluno é:

Nessa letra da Legião Urbana, podemos notar a presença de aspectos estruturais e conjunturais. Renato Russo, o letrista da banda, descreve uma situação particular sobre como adolescentes costumam agir em uma fase da vida. Assim, ele fala de festas, moda, drogas, rebeldia e solidão, aspectos recorrentes na vida de um adolescente comum. No entanto, o letrista relaciona esses aspectos a uma forma permanente de comportamento. Diz ele: “Você é tão moderno/Se acha tão moderno/Mas é igual a seus pais/É só questão de idade/Passando dessa fase/Tanto fez e tanto faz”. Entendemos, com base na letra da canção, que o comportamento rebelde e intenso do adolescente tende a ser substituído por atitudes conservadoras, semelhantes às de seus pais. Ou seja, passada a fase rebelde, o jovem tenderia a reproduzir uma conduta social típica das famílias ocidentais. Deixando para trás sua rebeldia, acaba por se enquadrar nos padrões de comportamento aceitáveis pelo conjunto da sociedade. (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013, p.377).

Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros

Essa resposta orientadora para o professor não aborda, conceitualmente, os autores trabalhados no capítulo. Apenas explana de modo superficial algumas categorias pelos autores elencada. No capítulo, as categorias trabalhadas são “1- O capitalismo e a formação do pensamento clássico; 2- Émile Durkheim: coesão e fato social; 3- Max Weber: ação social e tipos ideais; 4- Karl Marx: trabalho e classes sociais; 5 Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais”. Esses elementos não constam na resposta base sobre a reflexão da música, dada pelo livro.

Caberia ao professor de Sociologia, formado na área, auxiliar o aluno na elaboração da reflexão trazendo do abstrato ao concreto, pois professores não-habilitados na área

específica de Sociologia não conseguiriam formular com precisão a inter-relação dos autores com a letra da música. O livro didático, nesse capítulo, apenas utiliza a canção com suporte didático sem uma conceptualização teórica que relacione as letras ao conteúdo trabalhado. Ou seja, atua na ampliação do repertório cultural do aluno, no entanto, não relaciona, efetivamente, a composição ao conteúdo apresentado pelo capítulo. De tal forma, a letra da música se apresenta muito mais como um conhecimento artístico do que propriamente a base para a discussão teórica dos autores clássicos, e os próprios conceitos, apresentados. Aliás, há pouca referenciação dos autores em si, ou seja, não há a utilização dos textos fundadores de tais autores.

Considerações finais

Não temos a pretensão de sermos definitivos em relação às questões apresentadas, levantadas e discutidas neste trabalho que se trata de um trabalho inicial, postas as dimensões e possibilidades de um artigo. Dessa forma, optamos por apresentar, nesta seção, algumas considerações que podem ser empreendidas a partir do percurso de que fizemos, além de esboçarmos possibilidades de continuidade que, certamente, são apenas perspectivas que podem e serão ampliadas, seja por nós ou por outras pessoas envolvidas com a área de Ciências Sociais e ensino de Sociologia.

Observamos que a constituição do campo das Ciências Sociais e mesmo o ensino de Sociologia no Ensino Médio, durante toda a sua trajetória do Brasil, passou e passa por questões que são específicas da área, diferentemente de outras disciplinas, há mais tempo estabelecidas e valorizadas. A própria situação política do país interfere na constituição do campo e, se historicamente tivemos muitos embates e entraves para a configuração da Sociologia enquanto ciência e da Sociologia enquanto disciplina, na atualidade, isso não é diferente, tanto que há sinalizações de propostas que tendem a reduzir o papel da Sociologia enquanto disciplina do Ensino Médio.

Há que se considerar que o material didático se transformou, com o tempo, em produto, em mercadoria mesmo que atende à demanda de um determinado segmento e que, assim, está como todas as mercadorias, sujeito às leis de mercado que mercantilizam tudo, até mesmo as pessoas; transformando tudo em objeto.

Quanto ao livro didático ora analisado, podemos detectar que as músicas que compõem o material servem muito mais de elemento ilustrativo que propriamente de material para

ampliação dos conteúdos apresentados e relacionados à área específica. Nesse sentido, é importante salientar que o material presente no livro didático certamente não tem a pretensão de ser o único material que seja utilizado em uma sala de aula; o professor pode e deve ampliar esse material, atualizá-lo; é necessário que o docente seja, ante de tudo, crítico em relação ao próprio material didático utilizado para suas aulas.

Também é importante enfatizar que essa postura crítica, que se espera do professor de qualquer área, especialmente de Sociologia, possibilite um olhar mais atento e apurado em relação à sua prática, seja em relação ao material didático utilizado, seja em relação às suas práticas cotidianas.

Se o material didático analisado não se apresenta satisfatório, *de per si*, certamente poderá servir de base para que o docente amplie as discussões e questões apresentadas. Ou seja, não há que se esperar que o material didático esteja pronto, completo, acabado... a aula, enquanto acontecimento, exige toda uma dinâmica que depende, em muito, da própria formação e preparação docentes.

Por outro lado, a editoração dos livros didáticos certamente pode contribuir para a melhoria do material utilizado pelas escolas brasileiras. Poderíamos, em relação ao material especificamente contemplado por este trabalho, ainda destacar algumas questões: não apenas as músicas utilizadas enquanto recursos pedagógicos, no material didático, não contemplam as questões teóricas trabalhadas; também é possível detectar que o mesmo ocorre com a literatura indicada, com os filmes que são apresentados para a ampliação das discussões, com as ilustrações de grafites, tirinhas e todo o restante do material.

O que se enfatiza, portanto, é a necessidade de que o professor esteja preparado, bem formado, para a utilização mais adequada possível do material que está presente no livro didático.

Referências

- BITTENCOURT, Circe. *O saber Histórico na Sala de Aula*. Contexto. 9. ed. São Paulo. 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- COAN, Marival. *A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Livro didático*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>> Acesso em: 10 jul. 2016.

- LUCENA, C. O pensamento educacional de Durkheim. *Revista Histedrdbbr*. Campinas, nº 40, pg.295-305, 2010.
- MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia hoje*. São Paulo: ática, 2013.,
- MÉSZÁROS, István. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MEUCCI, Simone. *Institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas. 2000.
- Portal Brasil, Mais de 18 mil escolas públicas fazem a escolha do livro didático. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/mais-de-18-mil-escolas-publicas-fazem-a-escolha-do-livro-didatico>> Acesso em: 10 jul. 2016.
- SARANDY, Flávio. *O Ensino de Sociologia na Escola Média Brasileira: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina*. In: IV Seminário de Pesquisa do ser. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <<http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST12/ST12.5%20Flavio%20Marcos%20Silva%20Sarandy.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.
- SOUZA, Deusa Maria de. “Autoridade, Autoria e Livro Didático”. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1999.